

A RELEVÂNCIA DA DISCUSSÃO CÉTICA SOBRE A NATUREZA DO SIGNO*

DANILO MARCONDES DE SOUZA FILHO

*Departamento de Filosofia,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea,
22453-900 RIO DE JANEIRO, RJ
BRASIL*

A defesa pelos céticos antigos do signo comemorativo ou mnemônico como unidade de significação (in Sexto Empírico, Hipotiposes II, caps. X e XI e Contra os Lógicos, II, caps. II e III) pode ser considerada uma das poucas teses positivas mantidas pelo ceticismo. Questionando a distinção estoíca entre signos comemorativos e signos indicativos, os céticos mantêm apenas a validade dos primeiros. Examinaremos os argumentos céticos contra o signo indicativo como estabelecendo esquemas inferenciais e discutiremos se a tese cética se sustenta, isto é, se é possível supormos a existência de uma linguagem consistindo apenas de signos comemorativos, o que parece difícil. Proporemos como solução para esta dificuldade uma interpretação pragmática da concepção cética de signo comemorativo.

Je vois les philosophes pyrrhoniens qui ne peuvent exprimer leur générale conception en aucune manière de parler: car il leur faudrait un nouveau langage (Montaigne, Essais, II, 12).

* Este artigo apresenta resultados parciais de projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq.

A influência do ceticismo antigo na formação e no desenvolvimento de nossa tradição tem tido um reconhecimento apenas recente na história das idéias¹. Pretendo examinar aqui um aspecto especialmente relevante desta influência, a discussão pelo ceticismo antigo da noção de significado e da natureza do signo tal como encontrado nos *Adversus Mathematicos* (VIII) e nas *Hipóteses Pirrônicas* (II, 10 e 11) de Sexto Empírico. Duas questões importantes discutidas pelo ceticismo antigo a este respeito serão destacadas: (1) a distinção entre os signos indicativos e comemorativos; e (2) a crítica à teoria estoica do significado, resultando na rejeição do signo indicativo.

O exame destas questões nos leva a uma terceira: há efetivamente uma contribuição cética ao problema do significado? Considero que a resposta a esta questão deve ser afirmativa, tratando-se assim de um dos raros casos em que se pode identificar uma “doutrina” positiva formulada pelos cétricos. Podemos nos perguntar, contudo, se a noção de signo comemorativo ou mnemônico adotada pelos cétricos é suficiente para dar conta da linguagem e do significado. Procurarei defender a interpretação de que se trata de uma visão pragmática de linguagem, segundo a qual o significado é estabelecido através de seu uso comunicacional, dependendo do valor de uso das palavras em determinados contextos, como parte da experiência dos falantes.

Por outro lado, o uso cético da linguagem e o próprio discurso cético estão sujeitos à objeção de que levam a uma contradição performativa resultando da pressuposição pelos cétricos da validade das regras lingüísticas e do significado, ao mesmo tempo em que negam a possibilidade de um conhecimento válido. Seria a noção cética de signo comemorativo ou mnemônico capaz de evitar esta contradição performativa? Creio ser possível argumen-

¹ Podemos destacar a este respeito Stough (1969) em relação ao pensamento antigo e Popkin (1979) em relação ao pensamento moderno, ambos servindo de ponto de partida para uma discussão renovada sobre a filosofia cética.

tar que a concepção de significado como uso, em uma perspectiva pragmática, é relevante para a defesa da coerência do discurso cético, mostrando que este não conduz à auto-refutação, mas deve ser interpretado a partir de uma concepção pragmática de linguagem, como tendo uma natureza performativa².

A relevância desta concepção de significado e da natureza da linguagem consiste na possibilidade de compreender a função dos signos independentemente de um compromisso ontológico forte acerca da existência de uma realidade subjacente de caráter não-evidente à qual os signos devem dar acesso, desta forma dissociando a compreensão da linguagem de teorias e pressupostos metafísicos, bem como da necessidade de uma explicação lógica do funcionamento das inferências do evidente, ou manifesto, para o não-evidente. O argumento cético contra a noção dogmática de signo indicativo é um dos pontos de partida do fenomenalismo e da rejeição da distinção metafísica entre realidade e aparência em nossa tradição.

Isto parece revelar que os céticos devem ser considerados não apenas como as principais fontes de nosso conhecimento da concepção estoíca de linguagem, a qual criticam, mas também como formuladores de uma concepção própria de linguagem e da natureza do signo.

Pretendo começar com uma análise da concepção cética da natureza do signo (*semeion*) tal como encontrada em Sexto Empírico. Os textos mais importantes para esta análise são os indicados acima, *Hipotíposes Pirrônicas* (doravante *H.P.*) II, capítulos x e xi, que contêm material também encontrado de forma mais desenvolvida em *Contra os Matemáticos VIII* (especificamente *Contra os Lógicos II*, capítulos ii e iii)³. O primeiro texto que gostaria de e-

² Sobre a concepção performativa de linguagem, ver Ottoni (1997).

³ Além destes há apenas um breve texto (§ 69) em Diógenes Laércio, *Vida dos Filósofos*, IX (sobre Pirro), aonde é afirmado que o signo [indicativo] não existe, posição mais radical do que a de Sexto Empírico, sendo que o signo comemorativo não é mencionado.

xaminar é *H.P.* II, xi, intitulado “Sobre os Signos” (*Peri Semeiou*). O texto começa com uma caracterização geral das coisas distinguindo entre as evidentes (*prodela*) e as não-evidentes (*adela*), de acordo com os dogmáticos⁴. As coisas evidentes são aquelas que podemos conhecer diretamente através de nossa percepção sensível, o exemplo é “o fato de que estamos durante o dia” (*H.P.*, 97). As coisas não-evidentes, por sua vez, podem ser:

a) *Totalmente não-evidentes*, por exemplo, “o número de estrelas no céu é par”.

b) *Temporariamente não-evidentes*, ou seja, coisas que são evidentes podem tornar-se não evidentes tal como a cidade de Atenas para aqueles que estão distantes dela.

c) *Naturalmente não evidentes*, aquelas que por sua natureza não são nem podem ser percebidas diretamente como a existência de poros invisíveis na pele, mas que se acredita poderem ser percebidas através de outras coisas, por exemplo, o suor.

Trata-se de uma distinção basicamente epistêmica, referindo-se às nossas possibilidades de acesso às coisas, portanto a classificação dos diferentes tipos de signo é feita em um contexto epistêmico de acordo com esta caracterização inicial das coisas que as distingue como evidentes ou não-evidentes. Definido de maneira genérica, um signo é algo por meio do qual podemos apreender uma outra coisa, sendo esta uma definição de caráter semiótico, uma vez que não é restrita a signos lingüísticos, na verdade os exemplos não são lingüísticos. Necessitamos de signos precisamente para apreender aquilo que é não-evidente.

⁴ A referência aqui aos dogmáticos, embora não explícita, é considerada como sendo aos estóicos, principalmente à lógica de Crisipo. *H.P.* II, xi refere-se aos estóicos e epicuristas, o mesmo ocorrendo com *Contra os Lógicos* II (177). Pode ser entendida também como dizendo respeito à escola dogmática ou lógica de medicina, tal como é dito explicitamente em *Contra os Lógicos* II. De acordo com Glidden (1983), contudo, a distinção entre estes dois tipos de signo não pode ser remetida a nenhuma escola filosófica em particular. Sobre as fontes da discussão sobre a natureza e função do signo em Sexto Empírico ver Ebert (1987).

Segundo os dogmáticos, não necessitamos de signos para apreender as coisas evidentes, uma vez que são acessíveis empiricamente; tampouco necessitamos de signos em relação às coisas inapreensíveis por natureza, já que por definição não podem ser apreendidas. Podemos, contudo, apreender as coisas naturalmente não-evidentes por meio de signos. As coisas temporariamente não-evidentes são apreendidas por signos comemorativos ou mnemônicos (*hypomnestika*) e as naturalmente não-evidentes por signos indicativos (*endeiktika*), as duas classes gerais de signos são assim os comemorativos e os indicativos. Os signos comemorativos ou mnemônicos são definidos (H.P.100) como aqueles associados pela mente com a coisa significada, e que pela sua clareza no momento da percepção, sugerem a coisa a eles associada, mesmo que esta não seja mais evidente, como no exemplo dado da fumaça em relação ao fogo. O signo indicativo (H.P.101) não está claramente associado à coisa significada, mas tem sua função de significação determinada “por sua própria natureza e constituição”; o exemplo dado são os movimentos do corpo que constituem “signos da [existência da] alma”. Uma definição mais elaborada do signo indicativo consiste em caracterizá-lo como o antecedente em um juízo hipotético válido, servindo assim para revelar o conseqüente. A função de significação funciona neste caso como uma inferência do manifesto para o não-evidente: “Se há suor, então há poros invisíveis na pele”.

Sexto Empírico argumenta que os cétricos não têm nenhuma objeção aos signos em geral, mas apenas aos signos indicativos, uma invenção dos dogmáticos (H.P.102). Uma vez que os signos comemorativos são baseados em nossa experiência concreta, assentimos a eles de forma não-dogmática, tal como no caso em que quando alguém vê a fumaça isto significa que há fogo, e quando vê cicatrizes pode afirmar que houve um ferimento. Acrescenta que não pretende refutar a afirmação da existência dos signos indicativos, mostrando haver razões contra e a favor deles. Pode-se

dizer, portanto, que, ao menos nesta passagem, advoga a suspensão do juízo acerca dos signos indicativos.

O capítulo seguinte, (*H.P.II*, xi), consideravelmente mais extenso, é dedicado de forma mais elaborada à discussão do signo indicativo. Antes de examiná-lo, vamos levar em consideração como a mesma questão sobre a distinção entre as duas classes de signos é tratada no texto do *Adversus Mathematicos VIII*. A discussão sobre a noção de signo é introduzida no capítulo II de *Contra os Lógicos II (Adversus Mathematicos VIII)* após o exame do problema do critério, como parte da estratégia cética de argumentação contra a pretensão dos dogmáticos de acesso à realidade não evidente, bem como à crítica destes às aparências (142). O argumento cético consiste em mostrar que não temos critérios para decidir se o que os dogmáticos afirmam sobre o não-evidente é válido ou não. Uma vez que estas afirmações dependem dos signos, uma discussão sobre a natureza dos signos faz-se necessária e é precisamente disto que trata o texto que se segue.

Encontramos aí a distinção anteriormente feita entre o signo comemorativo, ou mnemônico, *hypomnestikon*; e o signo indicativo, *endeiktikon*. O signo comemorativo é usado em relação às coisas temporariamente não-evidentes e significa estas coisas na medida em que evoca experiências semelhantes às já ocorridas no passado. Aqui torna-se mais explícita a referência à memória na definição do signo comemorativo (152). Os exemplos são a fumaça que quando vista traz lembranças do fogo, mesmo sem que este seja visto, as cicatrizes que são conseqüências de ferimentos, e a perfuração do coração a que se segue a morte (a predição do evento futuro não se encontra no texto das *Hipotiposes*). Os signos indicativos, por outro lado, não podem significar através de uma associação com a coisa significada já que esta é naturalmente não-evidente. Portanto, sua função de significar deve-se, nas palavras de Sexto Empírico, “inteiramente à sua própria natureza e constituição” (154). O exemplo é a alma, que embora não sendo observada ela própria, tem sua existência indicada pelos movimentos

físicos e é considerada como uma força interior que causa estes movimentos⁵. Portanto os movimentos do corpo são um signo indicativo da existência da alma. Do mesmo modo que em *H.P.II*, aqui Sexto Empírico descarta o exame dos signos comemorativos, por não considerá-los problemáticos, concentrando-se na análise dos indicativos, que veremos em seguida.

Vamos examinar agora quais os problemas levantados pelos céticos acerca dos signos indicativos, considerando até que ponto estes problemas devem levar em última análise à rejeição desta noção. Sexto Empírico afirma (*Contra os Lógicos*, II, 160) que seu objetivo não consiste em negar a existência do signo indicativo, mas apenas de mostrar a equipolência entre a posição daqueles que o defendem (os dogmáticos) e dos que o questionam (os próprios céticos), levando assim à suspensão do juízo acerca do que pode ser dito sobre estes signos (259).

Contra os Lógicos II, capítulo iii, segue a estratégia tipicamente cética de mostrar que cada tentativa de definir a natureza do signo indicativo leva a um conflito insolúvel. Os estoicos, por exemplo, mantêm que os signos indicativos são inteligíveis, os epicuristas que são sensíveis e a controvérsia permanece sem conclusão (177). Isto é paradoxal uma vez que o signo supostamente deve revelar outra coisa, mas enquanto objeto de controvérsia ele próprio parece depender de outra coisa para revelar sua própria natureza (178)! A conclusão é que o signo, assim concebido, não é capaz de desempenhar a função que se espera dele, ou seja, revelar o não-evidente (273-274).

A simples negação da existência do signo, contudo, seria claramente contraditória, uma vez que afirmar “Signos não existem” dependeria do uso de signos (294-296). A saída deste dilema, já que os signos são inevitáveis, consiste na adoção do signo comemorativo como único possível. É necessário examinar agora

⁵ Trata-se, é claro, da concepção grega de alma, *psyché*, como princípio da auto-moção, causando o movimento independentemente de uma causa externa.

de que modo os céticos propõem se restringir ao signo comemorativo e até que ponto isto pode ser considerado viável.

Uma vez que somos levados a suspender o juízo acerca da existência dos signos indicativos, mas não podemos, conforme vimos, abrir mão dos signos, resta-nos apenas o signo comemorativo como o único tipo de signo que podemos admitir sem enfrentar as dificuldades examinadas acima. Contudo, o problema que devemos considerar agora consiste em saber se é possível dar conta da totalidade da linguagem e de seu uso apelando apenas para o signo comemorativo. Devemos, portanto, discutir se há uma concepção cética do significado dos signos comemorativos, se esta concepção não está sujeita às mesmas objeções lançadas contra o signo indicativo, bem como se esta noção cética é capaz de dar conta de toda a linguagem, incluindo o discurso do próprio Sexto Empírico. Podemos entender as palavras de Sexto Empírico apenas como um longo encadeamento de signos comemorativos? É este um problema genuíno?

Examinemos brevemente o que Sexto Empírico tem a dizer acerca do signo comemorativo. Em *H.P.II*, capítulo x (102) ele afirma que o signo comemorativo realiza sua função significativa por que neste caso dependemos de nossa experiência de vida (*bios*), isto é, de nossas práticas e hábitos comuns, e não nos opomos a estas práticas e hábitos, mas damos assentimento a eles de modo não dogmático. Trata-se de fato do critério do ceticismo, estabelecido anteriormente em *H.P.I*, capítulo xi. A principal dificuldade a afetar a teoria dogmática do signo indicativo consiste exatamente em supor que este vá além de nossa experiência comum e de nossas práticas, pretendendo falar daquilo que é inacessível a nossa experiência, o não-evidente (*adelon*)⁶. A posição mais cautelosa, adotada anteriormente, parece ser abandonada agora em favor de uma posição mais clara de rejeição do signo indicativo.

⁶ Ver também a este respeito *Contra os Lógicos II*, 158.

Encontramos em *Contra os Lógicos II* (156-157) a mesma linha de argumentação. Nada há a objetar contra o signo comemorativo, uma vez que este é usado pelo homem comum (*koinos*) e o cético não pretende se opor a estas práticas e usos não-dogmáticos, já que manter que esses signos não existem seria absurdo. Este tipo de argumentação também é encontrado em *Contra os Gramáticos* (38) quando as pretensões teóricas dos gramáticos acerca da natureza da linguagem são atacadas, mas a convencionalidade dos signos é aceita já que é pressuposta pelo uso da linguagem⁷.

Em resumo, podemos dizer que os signos comemorativos têm um significado convencional, sendo sua função de significar estabelecida por meio de uma relação direta com o objeto observado, relação esta que pode ser renovada ou lembrada. A noção cética de significado, se assim entendida, pode ser considerada como *referencialista*. O significado de um signo comemorativo consiste em sua associação a objetos observados. Contudo, embora a relação entre o signo e a coisa significada pareça natural, só pode ser estabelecida através do costume, hábito ou regularidade de nossa experiência. É isso que nos permite afirmar que as cicatrizes significam que houve um ferimento, que a fumaça significa fogo e que uma perfuração no coração significa que a morte ocorrerá (*Contra os Lógicos*, 152-153). De acordo com Glidden (1983): “signaling is only possible when enough experience has accumulated to become habitual”⁸. Em contraste com o signo indicativo, podemos então dizer que o comemorativo não é inferencial. Não inferimos a existência do fogo ao vermos a fumaça, mas apenas associamos a fumaça ao fogo. Esta relação de associação pode ser interpretada portanto como uma relação *pragmática* e não como uma relação propriamente lógica ou semântica. É por isso que Glidden (op.cit.) sugere que os signos comemorativos devem ser

⁷ Ver a este respeito Desbordes (1982).

⁸ Ver também a este respeito Glidden (1994).

interpretados como sinais e não como signos. Segundo Glidden, “mnemonic signs are themselves free from philosophical controversy; mnemonic associations make no claim about the way the world actually is” (Glidden, (1983), p. 239); ou seja, não supõem nenhum compromisso ontológico forte.

No entanto, a questão que levantamos acima dizia respeito à possibilidade da noção cética de signo comemorativo dar conta da linguagem e de seu uso de forma genérica, bem como do discurso cético em particular. Pode-se imaginar uma linguagem constituída em sua totalidade de signos comemorativos apenas? O recurso ao signo indicativo não constitui um aspecto central do uso da linguagem, que não pode simplesmente ser excluído? Com efeito, os argumentos lançados pelos céticos contra os dogmáticos parecem agora poder ser voltados contra os céticos eles próprios. Ao argumentar contra os dogmáticos os céticos eles próprios estariam fazendo uso de signos indicativos e processos inferenciais. Porque não poderia então o dogmático voltar as armas do cético contra o próprio cético? Se estes argumentos funcionam, funcionariam então para ambos. Se os céticos apresentam argumentos contra a existência dos signos, não estariam ao fazê-lo servindo-se dos signos para isso? E neste caso seus argumentos não seriam contraditórios, autorefutativos? Esta parece ser a principal razão pela qual em um determinado momento Sexto Empírico parece evitar a negação da existência do signo indicativo, mantendo apenas que deve-se suspender o juízo acerca disto.

Contudo, outra linha de defesa, talvez mais eficaz, seria mostrar que este dilema apenas se aplica se supomos que o cético adote como se fosse sua a noção dogmática de inferência. Mas se a adota apenas como parte de sua estratégia contra o dogmático, como uma espécie de reviravolta (*peritrope*) do argumento (*H.P.II*, 133), então estaria livre desta acusação de autorefuturação⁹.

⁹ Para uma análise desta passagem um tanto obscura, ver Hankinson ((1995), p. 208).

Uma outra dificuldade, aparentemente mais forte ainda, que o dogmático poderia levantar contra o cético diz respeito à possibilidade de uma “linguagem cética” constituída apenas de signos comemorativos. Isto claramente não parece ser possível, já que os próprios argumentos céticos contra os dogmáticos não são constituídos de signos comemorativos apenas.

Mas talvez devêssemos interpretar toda esta questão de outra maneira. Talvez esta discussão não dê conta adequadamente da posição cética, uma vez que os céticos não estão de fato afirmando que a linguagem deve se restringir ao signo comemorativo, mas apenas que o signo comemorativo é o único que pode ser considerado como dotado de sentido, ou melhor, o único tipo de signo para o qual podemos estabelecer critérios não problemáticos de significação. Portanto, não haveria a rigor uma escolha entre usar signos comemorativos ou signos indicativos.

Se, de acordo com a definição tradicional vista acima, segundo a qual o signo é algo por meio do qual podemos apreender uma outra coisa, então no caso do signo indicativo, isso dependeria de um procedimento inferencial que nos levaria de uma coisa (o signo) que é evidente, para uma outra coisa que é naturalmente não-evidente. Mas não dispomos de critérios que justifiquem este processo inferencial, que provem ser válida esta inferência, portanto o signo indicativo falharia em sua função de significar. Qualquer tentativa de apresentar uma prova seria simplesmente circular uma vez que dependeria de um processo inferencial para justificar a validade do processo inferencial.

O que o cético está argumentando é que não dispomos de critérios satisfatórios para a aplicação do signo indicativo, e devido a isso o signo indicativo não funciona realmente como tal, e portanto não pode ser efetivamente considerado um signo. Talvez por isso Diógenes Laércio (IX, 69) afirme que o signo não existe. Sua função referencial não pode ser estabelecida por falta de critérios. As inferências que deveria tornar possível estão sujeitas ao mesmo tipo de objeção, já que pretendem revelar o não-evidente,

e, conforme Sexto Empírico argumenta nos textos examinados acima, não dispomos de critérios de acesso ao não-evidente, portanto estas inferências estão sempre sujeitas ao questionamento e devemos suspender o juízo sobre sua validade. Suas pretensões não podem ser verificadas. Assim, não cabe realmente perguntarmos se podemos supor uma linguagem composta apenas de signos comemorativos, porque como vimos, a linguagem para ser significativa, só pode ser composta de signos comemorativos já que os signos indicativos fracassam em sua função de significar. As pretensões dos dogmáticos, as presunções teóricas dos lógicos e gramáticos com seus postulados e princípios *a priori* são sem sentido. Na medida em que extrapolam nossa experiência, tornam-se inverificáveis, pela ausência de critério de decisão acerca de conclusões conflitantes e, portanto, devemos suspender o juízo acerca destes postulados.

Podemos dizer então que os céticos defendem uma *concepção pragmática* de significado precisamente neste sentido. A concepção cética seria pragmática devido ao apelo à experiência, considerada como única instância em que os signos realmente dotados de significado se encontram, já que é a experiência que fornece os critérios de significação. De acordo com esta interpretação, não devemos supor que o ceticismo adote uma concepção referencial da natureza dos signos complementada por uma teoria verificacionista do significado, mas sim uma concepção pragmática segundo a qual o significado não é uma propriedade inerente aos signos, mas resulta de características pragmáticas tais como contexto, pressupostos, regularidades de uso, hábitos e práticas correntes dos falantes da linguagem. Trata-se de uma visão pragmática de linguagem exatamente no sentido de que o significado não é definido pelo valor cognitivo dos signos, uma vez que não podemos apreender nada que ultrapasse nossa experiência por meio deles, mas apenas por elementos contextuais e práticas comunicacionais. É nossa experiência concreta que torna a linguagem possível, o uso da linguagem é parte integral desta expe-

riência, e os signos têm seu significado estabelecido pela função que desempenham nos contextos de uso. A oposição entre natureza e convenção deixa de fazer sentido. Embora os signos mnemônicos ou comemorativos sejam “naturais”, conforme vimos nos exemplos acima, seu uso ou aplicação precisa ser aprendido. O significado não consiste portanto no conteúdo (semântico ou cognitivo) dos signos, mas em suas possibilidades de uso em contextos específicos e para fins específicos. Signos podem ser considerados como tendo uma função referencial em um sentido estritamente empírico, já que em nossa experiência estabelecemos, através da percepção sensível, de associações, hábitos, convenções e costumes, determinadas relações entre elementos desta experiência, e é nisto que consiste precisamente o uso dos signos e estes signos são denominados “mnemônicos” ou “comemorativos” devido ao modo como são usados. Qualquer outra tentativa de dar uma definição da natureza dos signos esbarra em dificuldades insuperáveis. Esta parece ser a conclusão de Sexto Empírico em *H.P. II*, xi (102):

Uma vez que existem dois tipos de signos, como vimos, não fazemos objeções a todos os signos, mas apenas aos indicativos, que parecem consistir em uma ficção do dogmático. Os signos comemorativos podem ser considerados convincentes com base na experiência cotidiana: alguém ao ver a fumaça supõe a existência do fogo, ao observar uma cicatriz, conclui que houve um ferimento. Portanto, ao dizer isso não estamos em conflito com a experiência comum, mas estamos ao seu lado, aceitando de modo não-dogmático aquilo que a experiência nos revela de modo convincente e rejeitando as ficções privadas dos dogmáticos.

Em conclusão, podemos retomar a citação de Montaigne que escolhemos como epígrafe, porém, vemos agora que o cético não necessita realmente de uma outra linguagem, ele dispõe da linguagem da experiência comum, da linguagem ordinária, pode-

ríamos dizer, que constitui o horizonte de nossa experiência, e não há nenhuma outra linguagem a que se possa recorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DESBORDES, F. (1982). "Le langage sceptique", *Langages*, 65, mars 1982.
- EBERT, T. (1987). "The Origin of the Stoic Theory of Signs in Sextus Empiricus", *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 5.
- EMPIRICUS, S. (1976). *Works* (Cambridge, Mass./London, Harvard University Press & Heinemann), trans. R.G. Bury, 4 vols.
- . 1995. *Outlines of Scepticism* (Cambridge, Cambridge University Press), trans. J. Annas and J. Barnes.
- . (1996). *The Sceptic Way* (Oxford, Oxford University Press), trans. B. Mates.
- GLIDDEN, D. (1983). "Skeptic Semiotics", *Phronesis*.
- . (1994). "Parrots, Pyrrhonists and Native Speakers" in S. Everson, *Language, Companions to Ancient Thought 3* (Cambridge, Cambridge University Press).
- HANKINSON, R.J. (1995). *The Sceptics* (London, Routledge).
- OTTONI, P. (1997). *Visão Performativa da Linguagem* (Campinas, EdUnicamp).
- POPKIN, R. (1979). *The History of Scepticism from Erasmus to Spinoza* (Berkeley/Los Angeles, University of California Press).
- STOUGH, C. (1969). *Greek Scepticism* (Berkeley/Los Angeles, University of California Press).